

"Desde 2015, toda a energia elétrica consumida pela Tabaqueira provém de fontes renováveis."

Rui Minhós
Diretor de Assuntos
Institucionais da Tabaqueira



"Apesar de os incêndios florestais representarem 7% da nossa atividade, são aqueles que nos fazem enfrentar os maiores riscos."

Jaime Marta Soares
Presidente da Liga Portuguesa
de Bombeiros



"As políticas têm valorizado o ordenamento urbano e não o ordenamento rural."

Teresa Andresen
Arquiteta paisagista



Acordo de Glasgow "ficou aquém", mas há avanços importantes

CONFERÊNCIA BRAVOS HERÓIS Países como a China e a Índia, dois dos maiores produtores de carbono do mundo, faltaram à chamada na conferência do clima, que, apesar dos percalços, conseguiu reunir consenso sobre a proteção das florestas.

TEXTO FRANCISCO DE ALMEIDA FERNANDES

Envolta em críticas de cientistas, políticos, ativistas e, de forma geral, da sociedade global, a cimeira do clima de Glasgow (COP26) conseguiu que 190 países assinassem o Pacto do Clima de Glasgow, que guarda compromissos "importantes". "Esta última COP não deixou margens para dúvidas sobre o impacto das alterações climáticas", começou por felicitar Luísa Schmidt, que considera fundamental a discussão em praça pública deste tema. A socióloga no Instituto das Ciências Sociais e especialista na matéria foi uma das oradoras do debate "O impacto das alterações climáticas em Portugal", organizado nesta quarta-feira por DN/JN/TSF com apoio da Tabaqueira.

Schmidt acredita que, apesar de o acordo ter "ficado muito aquém do desejável", estas são oportunidades para trazer o assunto para cima da mesa e pressionar os governos internacionais. "Os movimentos cívicos, que são cada vez mais importantes, são os *watch dogs* dos políticos e dos interesses económicos", afirma. Na lista de falhas que aponta aos participantes, a perita diz que "as questões norte/sul" foram uma desilusão, já que falta aos países ricos e que mais contribuem para as emissões de CO₂ assumir responsabilidade nos efeitos negativos que

recaem sobre os países mais pobres. "Falta geografia moral", nota.

Já Teresa Andresen vê a "ausência de países como a China como uma grande desilusão porque nos coloca numa posição mais frágil" e torna o documento assinado menos eficaz. O desafio passa, defende, não apenas por encontrar alternativas às fontes de energia fóssil, como também pela alteração "dos nossos hábitos de consumo diários" que precisa de cada um dos cidadãos para conseguir motivar uma mudança estrutural. "O difícil é passar destas decisões de grande nível para cada um de nós", observa a arquiteta paisagista. "As decisões que tomamos no dia a dia influem aquilo que acontece na realidade", concorda Nuno Banza, que aplaude "a importância que, finalmente, a floresta começa a ter". Para o presidente do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o registo de queimas e queimadas recém-criado conseguiu, em 2019, meio milhão de registos e, já em 2021, mais de um milhão de ações comunicadas à instituição. "Existe mais de um milhão de queimas e queimadas por ano, um número surpreendente", aponta. Nuno Banza vê neste mecanismo mais uma forma de contribuir para a prevenção dos incêndios florestais, que acontecem, diz, porque não há "pessoas



O debate "O impacto das alterações climáticas em Portugal" foi organizado por DN/JN/TSF com apoio da Tabaqueira.

para gerir a paisagem que cresce todos os dias".

O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses pede mais "prevenção florestal" e lembra o papel "muito importante" dos bombeiros no controlo e na minimização dos impactos das alterações climáticas no território. "Em Portugal não há falta de legislação sobre a floresta portuguesa, há falta de aplicação da legislação", con-

sidera Jaime Marta Soares. O responsável diz que é necessário garantir que a floresta é "criadora de riqueza ou ninguém vai tratar dela" e apela a maior apoio das empresas nesta missão preventiva. Fernando Leite, membro da direção da GRACE – Empresas Responsáveis, refere que esta é uma das missões da instituição que representa, que tem procurado sensibilizar o setor privado para a im-

portância de "transformar passivos ambientais em ativos".

Neste desafio global, Portugal enfrenta desafios próprios de uma nação costeira e de clima temperado que precisam de ser endereçados. "Temos sobretudo três grandes problemas: a subida do nível do mar, a falta de precipitação e a seca, e as ondas de calor ou frio", analisa Luísa Schmidt. O diagnóstico está feito, falta agir.

"Há mais de um milhão de queimadas por ano, é um número surpreendente."

Nuno Banza
 Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)



"Temos três grandes problemas: subida do nível do mar, falta de precipitação e as ondas de calor ou frio."

Luísa Schmidt
 Socióloga e especialista em alterações climáticas



"Os gestores de hoje têm vertentes de formação diferentes de há 30 anos, quando não se falava em sustentabilidade."

Fernando Leite
 Direção GRACE Empresas Responsáveis



Matos Fernandes

Matos Fernandes
 vê no PRR um mecanismo importante para dar corpo ao "programa de transformação da paisagem".



"Já reduzimos as nossas emissões em 32%"

O ministro do Ambiente reconhece o esforço feito pelo país para atingir, até 2050, a neutralidade carbónica e garante que "estamos a progredir de forma determinada esse caminho". Poucos dias após o encerramento da última central a carvão em Portugal, João Pedro Matos Fernandes recorda que 60% do consumo elétrico nacional tem origem em fontes renováveis e que "já reduzimos as nossas emissões em 32%", mas aponta que ainda existe trabalho a fazer. "É imperioso refletir sobre modelos de gestão florestal que potenciem o papel sumidouro de carbono nas florestas e aumentem a sua resiliência aos efeitos das alterações climáticas", afirma.

O responsável ministerial não tem dúvidas de que o diagnóstico está feito e que falta agora atuar,

com medidas e planos concretos para a transformação florestal que, acredita, serão essenciais para "a prevenção dos fogos" rurais. Depois dos grandes incêndios de 2017, o governo "criou o sistema de gestão integrada de fogos rurais" para garantir uma resposta "mais eficaz", mas também "recursos melhor coordenados, altamente preparados, especializados e bem equipados". Porém, Matos Fernandes vê no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) um mecanismo importante para dar corpo ao "programa de transformação da paisagem", que guarda 270 milhões de euros para investir nesta área. Entre as prioridades, destaca para a constituição de 60 áreas integradas de gestão de paisagem (220M€), a criação de 800 condomínios de aldeia (36,6M€), o reforço do programa

de aquisição de terras (10M€) e a elaboração de 20 programas de ordenamento e gestão da paisagem (3,4M€).

"Em 2021 tivemos, até agora, o menor número de ocorrências [incêndios florestais] e foi o ano com menor área ardida na última década", sublinha, dando nota de uma queda de 79% na área ardida. No entanto, avisa o ministro, "estes números não nos podem fazer desarmar" e será necessário continuar a apostar em "medidas estruturantes", de que também é exemplo a plantação de espécies autóctones. "Queremos diminuir para metade a área ardida", garante, lembrando que "Portugal está particularmente vulnerável" aos desafios trazidos pelas alterações climáticas, como os incêndios ou as ondas de calor mais frequentes.

Investimentos



"Não há planeta B"

A pesar de atuar numa área de atividade que exige produção fabril, a Tabaqueira tem vindo, ao longo das últimas duas décadas, a investir na transformação de processos e na adaptação às exigências de um mundo tendencialmente mais verde. "Impulsionados pela inovação, investimos, nos últimos 20 anos, em desenvolvimento científico e tecnológico", explica Rui Minhos, referindo-se às novas soluções para o consumo de tabaco e nicotina. Mas a par da aposta na disrupção aplicada aos produtos, a empresa – que integra o grupo Philip Morris – tem procurado também diminuir a sua pegada ambiental. "Na Tabaqueira, desde a sua privatização, já investimos cerca de 360 milhões de euros na modernização dos nossos processos produtivos", detalha o diretor de assuntos institucionais. Ao nível energético, as mudanças têm sido evidentes – desde 2015, toda a energia elétrica consumida pela organização tem origem em fontes renováveis. "Já reciclamos e valorizamos energeticamente mais de 99% dos resíduos gerados e, na última década, reduzimos o consumo de água em 38%." "Tornar o futuro melhor para as próximas gerações" é o grande objetivo, diz.

COP26



Acordo de reticências

Depois da assinatura do Pacto do Clima de Glasgow, no final da COP26, as opiniões sobre o acordo alcançado dividem-se. Domingos de Andrade considera que o consenso tem a "maior importância para o nosso futuro", em particular por ter sido possível avançar em temas como a desflorestação, as emissões de metano ou até nas verbas a que os países mais pobres podem aceder para enfrentar o desafio da transição energética. O diretor da TSF e diretor-geral editorial do Global Media Group (GMG) lembrou ainda a vulnerabilidade de países como Portugal, que corre o risco de enfrentar uma redução abrupta na produção agrícola e de ver duplicada a superfície de floresta queimada. "A nossa posição geográfica expõe-nos de forma aguda aos efeitos das alterações climáticas", afirma.

É também por isso que considera fundamental que todos, individualmente, contribuam com "passinhos" que permitam combater o aquecimento global e caminhar para o objetivo maior de limitar o aumento da temperatura da Terra a 1,5 graus.